

DA ASSISTÊNCIA PATRONAL À DISCIPLINA DA VIDA E TRABALHO OPERÁRIO: NARRATIVAS, IMAGENS E DENÚNCIAS DO PASSADO

FROM PATRONAL ASSISTANCE TO THE DISCIPLINE OF LIFE AND LABOR WORK: NARRATIVES, IMAGES AND DENUNCIATIONS OF THE PAST

Marcelo Góes Tavares¹

Endereço profissional: Rod. Eduardo Alves da Silva, Km 3 - Graciliano
Ramos, Palmeira dos Índios - AL, 57604-595
E-mail: marce_goes@hotmail.com

Resumo: Este artigo narra como as políticas de assistência patronal também funcionam como formas de disciplina em vilas operárias no ramo têxtil. Como corpus documental, agencia-se imagens e relatos presentes no documentário “Memória da vida e do trabalho” de Celso Brandão (1984), e testemunhos registrados através da história oral. Pretende-se assim, demonstrar que as leituras de operários têxteis alagoanos acerca das condições de vida e trabalho são também formas de denúncia do passado no tempo presente.

Palavras-chave: História; Trabalho; Resistência.

Abstract: This article narrates how the welfare policies also function as forms of discipline in workers' villages in the textile sector. As documentary corpus, images and reports are presented in the documentary "Memory of life and work" by Celso Brandão (1984), and testimonies recorded through oral history. The aim is to demonstrate that the readings of alagoan textile workers on living and working conditions are also forms of denouncing the past in the present time.

Keywords: History; Work; Resistance.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Professor da Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL, Campus Palmeira dos Índios. Na UNEAL, é membro do Núcleo de Estudos Políticos, Estratégicos e Filosóficos - NEPEF, atuando com pesquisas sobre memória, política e trabalho. Compõe ainda o Grupo de Pesquisa “História, Política, Memória e Imagem” vinculado à UFPE.

Em algum lugar do passado...

O ano era 1984. Lançava-se o documentário *Memória da vida e do trabalho*² produzido e dirigido por Celso Brandão³. Este material audiovisual aborda as condições de vida e de trabalho de operários nas fábricas têxteis de Alagoas. O documentarista, para dar materialidade ao seu objeto de estudo, fez uso de entrevistas com operários, cruzando-as com uma narrativa que têm autoria de José Sérgio Leite Lopes⁴ e Rosilene Alvim⁵. Priorizou como cenário principal em Maceió, a vila operária de Fernão Velho e respectiva Fábrica Carmen, nomeada até 1943 de Companhia União Mercantil⁶. Abordou também outras fábricas no estado como Companhia de Fiação e Tecidos Norte no bairro de Saúde na capital alagoana, e a Companhia Progresso Alagoano e Fábrica Cachoeira no município de Rio Largo.

Tais informações, sobretudo os créditos ao final do documentário, são indícios do rigor quanto aos critérios técnicos e científicos envolvidos na produção desse material audiovisual. Para além de um registro etnográfico da vida operária alagoana nos anos 1980, constitui-se como fonte histórica, trazendo à tona memórias e tramas de um passado recente dos anos 1940 a 1970, atualizado naquele presente de seus registros.

O documentário ao anunciar seu título, antes de qualquer cena, reproduz um som de trem, mas que poderia ser perfeitamente confundido com os sons emanados por máquinas de tecelagem. É como se estivesse mobilizando no espectador a percepção sobre signos que representam a modernidade.

Iniciam-se as projeções audiovisuais. As primeiras seguem a cadência de um trem que passa à beira da laguna Mundaú, enquadrando através das janelas dos vagões, cenas que davam visualidade a coqueirais, choupanas, ruínas de casas abandonadas, praia lagunar e pequenas lavouras. Destaca primeiramente um cenário aparentemente rural. Contudo, ao chegar em Fernão Velho, o som emanado pelo trem através do atrito entre suas rodas e trilhos é substituído por um longo e estridente toque de sirene na Fábrica Carmen. É como se estivesse cadenciando a transição de um mundo arcaico-rural para outro, moderno-industrial. Rapidamente, então, o enquadramento das

2 MEMÓRIA da vida e do trabalho. Direção e produção de Celso Brandão. Argumento e texto: José Sérgio Leite Lopes e Rosilene Alvim. Roteiro: Regina Coeli. Maceió: Estrela do Norte, 1984. 1 DVD (20 min aprox.). son. , color.

3 Fotógrafo e documentarista alagoano. Formado em Comunicação Social (1976) e professor da Universidade Federal de Alagoas – UFAL. É conhecido por sua produção de cunho etnográfico, registrando através da fotografia e cinema documental, festas, trabalho, comunidades tradicionais, folguedos, expressões artísticas, religiosidades, entre outros temas e práticas culturais de cunho popular.

4 Economista, mestre e doutor em Antropologia. Professor titular no Museu Nacional / UFRJ. Atua nos campos da antropologia urbana e do trabalho, culturas e classes populares, e história social. Entre suas principais obras, cita-se “A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés” e “O vapor do diabo, onde estuda os operários fabris do ramo têxtil e do açúcar, respectivamente.

5 Filósofa com mestrado e doutorado em Antropologia Social, atuando em pesquisas no Museu Nacional / UFRJ. É docente na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atua na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia Urbana e temas como trabalho, cultura, juventude e violência.

6 A Companhia União Mercantil foi a primeira unidade fabril no ramo têxtil de Alagoas e uma das mais antigas do Brasil, tendo sido fundada em 1857.

imagens é deslocado para a vila operária e sua fábrica.

Essa sirene demarcava a alternância dos turnos de trabalho. Visualiza-se então, o portão principal da Fábrica com uma massa de operários, homens e mulheres, alguns aos passos largos, saindo apressadamente do interior da unidade fabril.

Figura 1 - Fotograma de operários saindo da Fábrica Carmen ao término de turno de trabalho. Documentário *Memória da vida e do trabalho: Cena 1'13"*



Fonte: BRANDÃO, Celso. *Memória da vida e do trabalho*. Documentário. Domínio público. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=y8JT_SWJiOI (Parte 1) e <https://www.youtube.com/watch?v=Q1nWXTRrVJs> (Parte 2). Acesso em 10 abril 2019.

Uma cena que lembra outro filme, “Tempos Modernos” de Charles Chaplin, quando ovelhas em movimento se convertiam em operários rumo a uma fábrica. É como se o documentarista Celso Brandão estivesse demarcando uma representação de modernidade para Alagoas através da Fábrica Carmen, contrastando e destacando o mundo fabril a ser descortinando. Com a narração de Ferreira Gullar, colocava-se uma primeira premissa ao espectador: “O isolamento deste povoado (Fernão Velho) não é fortuito. Faz parte de uma política de mão de obra peculiar a este tipo de indústria em que o morar do trabalhador é promovido pela administração da Fábrica.” E assim, indaga os primeiros questionamentos: O que representava “o morar” para o operário? O que representava historicamente as políticas de mão de obra da fábrica?

Considerando a riqueza de experiências de operários têxteis em Alagoas presentes no documentário de Celso Brandão, e o ensejo a uma narrativa que transite entre relatos e imagens, sinto-me provocado ao exercício de uma escrita que se expresse

como produção de representação do passado, permitindo visualidade de múltiplas e ambíguas experiências históricas.

Essas são atualizadas ao longo do tempo e narrativa, prolongadas no presente com suas respectivas temporalidades (passados e expectativas de futuros) e cadenciada pelas questões postas nos usos políticos e historiográficos. Nesse sentido, o historiador alemão Reinhart Koselleck destaca que:

Todas as histórias são histórias do tempo presente, ao sermos questionados sobre suas dimensões temporais, respondemos que toda história se refere a um presente que inclui todas as dimensões e só pode ser entendido por relação ao passado e ao futuro, e que todo presente se dissolve.⁷

Essa premissa nos desloca para uma concepção na qual nos afastamos da ideia de cronista do próprio tempo para operarmos no âmbito da experiência e dos seus significados. Ou ainda, uma concepção de tempo na modernidade, cujo término é desconhecido e o futuro é experimentado em aberto, como expectativas. Observa-se então, que a história e suas dimensões temporais se convertem no tempo presente como uma atualidade em constante mudança.

Nesse sentido, declaro o quanto é oportuno considerar o uso historiográfico de imagens e relatos registrados em suporte audiovisual. E que no caso do documentário *Memória da vida e do trabalho* de Celso Brandão (1984), registrou cenas do cotidiano no trabalho fabril e da vila operária de Fernão Velho ainda quando a Fábrica Carmen estava em funcionamento no presente da década de 1980.⁸ E que se torna pertinente e enriquecedor quando analisado em conjunto com outras fontes, como fotografias e relatos de memórias registrados com uso da metodologia da história oral.

Aliás, para o historiador Santiago Jr. “As relações da história oral com o audiovisual ainda têm sido pouco exploradas nas dimensões relativas aos usos públicos da história.”⁹ Ou ainda, sugestivamente assumir a premissa colocada pela historiadora Ana Maria Mauad (2016) que já no título de um dos seus artigos, sustenta que “Com palavras e imagens se conta a história”. Neste, a historiadora ainda indaga, à guisa do debate historiográfico e da história oral: “É possível contar uma história por meio de suas imagens? Se a resposta é sim, que história é essa?”¹⁰

7 KOSELLECK, Reinhart. *Los estratos del tiempo. Estudios sobre La historia*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2001. p. 118.

8 No caso de Alagoas, esse tipo de registro memorialístico é raro no tocante ao cotidiano da vida e do trabalho fabril. Gravado inicialmente em VHS, foi digitalizado e transformado para o formato DVD e ainda está disponível no sítio youtube.com. O vídeo tem aproximadamente 20 minutos e foi gravado em cores. Traz à tona imagens em movimento e entrecruzamento de temporalidades, constituindo tramas sociais em diálogo com narrativas e memória de trabalhadores. Nos idos dos anos 2010, foram ainda realizadas entrevistas de história oral por outros pesquisadores vinculados a programas de pós-graduações de diversas universidades.

9 SANTIAGO Jr., Francisco das Chagas Fernandes. O documentário, o filme e o testemunho. *Tensões no uso audiovisual da oralidade e da história oral*. In: MAUAD, Ana Maria (Org.). *História oral e mídia. Memórias em movimento*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 51.

10 MAUAD, Ana Maria. *Com palavras e imagens se conta a história*. In: MAUAD, Ana Maria (Org.). *História oral e mídia. Memórias em movimento*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 94.

Neste artigo, analiso as memórias de operários através de imagens e relatos sobre as políticas de assistência e gestão do trabalho em Fernão Velho, assim como suas formas de sobrevivência, resistências e leituras do passado. Considero ainda a configuração da vila operária de Fernão Velho como um território de poder no qual as políticas de assistência da fábrica se convertiam em técnicas de disciplina e controle dos operários. Ou ainda, uma forma de gestão que se constituía naquilo que o filósofo Michel Foucault¹¹ designa como uma espécie de governo, cujas ações destinavam-se não somente para as relações com as coisas (riqueza, recursos, meios de subsistência), mas também nas diversas dimensões da vida que abrangem costumes, formas de agir e pensar, saúde e doença, natalidade, festas, entre outras.

Quem sabe, nesse caminho, possa abrir trilhas para a compreensão da experiência operária na vida e no trabalho em diferentes temporalidades, convertendo-as em histórias do tempo presente.

Fernão Velho, território de poder: da assistência à disciplina

Desde os fins dos anos 1920¹², Fernão Velho já se configurava como um complexo produtivo formado por fábrica com vila operária. Contava ainda com um expressivo corpo de operários e operárias disponíveis para o trabalho e que eram mobilizados nas atividades do fabrico de linhas e tecidos. Possuía um conjunto arquitetônico com instalações destinadas à produção fabril e a oferta de serviços para as pessoas que ali residiam e trabalhavam.

A população local, nas primeiras décadas do século XX, era, expressivamente, oriunda de outros municípios alagoanos. Essa migração ocorria por diversas razões, seja pela busca de melhores oportunidades na vida, seja mesmo para fugir do poder dos latifundiários com suas práticas coronelísticas, relações de poder, trabalho e controle que lembrava os tempos de escravidão. Expressava um rito de passagem, podendo representar a superação da pobreza que viviam.¹³

Esse trabalhador que saía do campo e chegava em Fernão Velho tinha sua existência transformada não somente pela migração, mas também por sua nova experiência operária e de cidadania quando passaria a ter direitos trabalhistas ao ingressarem na fábrica, sobretudo após os anos 1930. Na sua aventura pelo universo urbano e industrial, produzia-se uma desterritorialização simultânea à sua recente (re)territorialização. Colocava-se em simbiose sua existência anterior marcada pelo

11 Ver: FOUCAULT, Michel. Sobre a geografia; e A governamentalidade. In: _____. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

12 TAVARES, Marcelo Góes. Do tecer da memória ao tecido da história: operários, trabalho e política na indústria têxtil de Fernão Velho (1943-1961). 2016. 309f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

13 CAVALCANTI, Helenilda. O desencontro do ser e do lugar: a migração para São Paulo. In: BURITY, Joaílido (Org.). *Cultura e identidade: perspectivas interdisciplinares*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 143-158.

trabalho rural com sua nova experiência fabril, resignificando seu passado e idealizando expectativas, desnudando a condição social e produtiva a qual passava a fazer parte.

A procura por emprego nas cidades nessas primeiras décadas do século XX era o que Sérgio Leite Lopes¹⁴ considera um procedimento permanente, cuja entrada de novos trabalhadores nas fábricas pressupunha o estabelecimento de um contrato de trabalho e pacto de compromissos. Nas fábricas, esses trabalhadores eram empregados como operários, recebiam tecidos para roupas, instrução educacional para seus filhos, moradia com água encanada e energia elétrica, serviços de saúde, lazer, entre outros atrativos que faziam parte das políticas de gestão do trabalho e assistência dos empresários fabris.

Ademais, conforme destacou a socióloga Eva Alterman Blay,¹⁵ entre esses diversos atrativos, a moradia parecia ser um dos mais preponderantes. Essas casas construídas pelos industriais eram alugadas a baixo custo para os seus operários. Era uma época em que a construção civil era incipiente, e a casa para o operário se convertia em uma oportunidade singular de melhores condições de vida, mesmo tornando-o um inquilino do próprio patrão.

Nesse sentido, a moradia funcionava também como dispositivo disciplinar e pedagógico. Essa situação, em grande medida, é posta pela insegurança habitacional que os trabalhadores viviam quando desprovidos de moradia própria. Eram dependentes da casa “concedida como assistência social” pela fábrica mediante desconto de valor supostamente pequeno nos salários. Para assegurar a habitação, submetiam-se a disciplina do trabalho e da moral instituída pela empresa.

Esses operários, em caso de demissão, tinham dificuldades para retornar ao seu antigo trabalho, pois a fixação nas vilas operárias também provocava um distanciamento com seu universo cultural e social anterior e que muitas vezes era o campo, ou ainda forçado a uma nova migração. O retorno ao trabalho rural seria um retrocesso, além de também representar perda de direitos. É relevante lembrar que a legislação trabalhista regulamentada no Estado Novo (1937-1945) não abrangia direitos às relações de trabalho rurais.¹⁶

A trajetória da família de José Acioly Neto, operário conhecido em Fernão Velho como Zequinha Moura, é exemplar dessa complexa situação de mudanças e fixação no mundo fabril. Nasceu em 20 de abril de 1936. Julgava-se, no dia do registro de suas memórias em 2014, o mais antigo vivo nascido nessa vila operária. Seu pai, Gaudêncio Silva, era natural do município de Pilar, e sua mãe – Maria José Moura –, de Murici,

14 LOPES, José Sérgio Leite. O aliciamento de trabalhadores pela companhia: a incorporação “modelar da força de trabalho na vila operária”. In: _____. A tecelagem do conflito de classes na cidade das chaminés. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora da UnB, 1988. p. 39-58.

15 BLAY, Eva Alterman. Habitação: a política e o habitante. In: _____. (Org.). A luta pelo espaço: textos de sociologia urbana. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979. p. 75-86.

16 GOMES, Angela de Castro. Cidadania e direitos do trabalho. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.

ambos em Alagoas. Ele relata que seus pais foram para Fernão Velho em busca de trabalho durante a administração do Grupo Machado (1891-1938).

O futuro dos operários e de sua família era associado à permanência na fábrica, o que incidia sobre outros aspectos da vida, gerando incertezas diante da possível perda do trabalho, e também da moradia vinculada à essa relação trabalhista. “Se sáisse daqui iria trabalhar onde? Tinha que ir para o Rio de Janeiro” (Relato de Zequinha Moura, 2014)¹⁷. Contra essa possibilidade, muitas famílias operárias tentavam iniciar os filhos e as filhas no labor fabril logo aos 14 anos de idade, ou mesmo antes quando já tinham condições físicas de exercer qualquer atividade na Fábrica. Era uma forma de manter a família morando na casa alugada pela fábrica. Os pais de Zequinha Moura encontraram emprego e moradia em Fernão Velho. Ele próprio trabalhou em diversos setores fabris, mantendo os pais morando consigo quando eles se afastaram do trabalho. Ambos, Zequinha e seu pai, aposentaram-se pela Fábrica Carmen em Fernão Velho.

Os operários encarando o mundo do trabalho urbano e fabril, apropriavam-se dele, tornando-os seu, inclusive nos diferentes usos, seja da sobrevivência, seja da rememoração. O que nos remete à ideia de não lugar,¹⁸ de um território transformado no tempo, de uma existência que se esvai e se transforma em algo novo, diferente. Fernão Velho torna-se outro na relação entre o passado, presente e futuro.

Um território fabril cujo passado existe como representação por meio de operações da memória e das narrativas historiográficas que as costuram, produzindo e atribuindo-lhe múltiplos sentidos. Fernão Velho é um lócus de memórias, permitindo-nos percorrê-la, atribuindo-lhe inteligibilidade às suas representações e imagens.

Figura 2 - Vista aérea da Fábrica Carmen e edificações vizinhas



Fonte: Disponível em:

<<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=450969481728885&set=a.105901632902340.14097.100004475112440&type=1&theater>>. Acesso em: 4 mar. 2015. Autor desconhecido, [19--?].

17 José Acioly Neto (Zequinha de Moura) em entrevista concedida em Fernão Velho, em Maceió, no dia 23 de janeiro de 2014. Acervo pessoal.

18 AUGÉ, Marc. Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papius, 1994.

Essa fotografia anterior, provavelmente, foi registrada durante a administração do Grupo Leão (1938-1943). Possivelmente seja de 1940 quando a Fábrica Carmen ainda era denominada Companhia União Mercantil. Nesse ano, foi realizada a primeira exibição do Foto Clube em Maceió. Tratava-se de um evento que expôs um conjunto de fotografias aéreas registradas durante um sobrevoo de um hidroavião pela capital alagoana. Foi também registrada na fotografia outra feição das instalações da fábrica, provavelmente anterior aos tempos da Fábrica Carmen (pós 1943).

Nesse registro, além da escrita “Fernão Velho, há algumas décadas atrás...” destacando intenção memorialista,¹⁹ é possível visualizar seu conjunto arquitetônico, também rememorados em narrativas de operários. “Diziam os mais antigos que o Barão de Jaraguá²⁰ residia numa casa grande atrás da fábrica.”²¹ Há ainda a presença de uma chaminé em funcionamento, oriunda da seção das caldeiras, as quais propiciavam a produção de energia a vapor. Nos fundos, há uma expressiva edificação na cor branca, com dois pavimentos. Era o prédio da antiga administração. Sua localização era estratégica, ao lado da então principal via de acesso e saída de Fernão Velho, que segue até o canto superior direito da fotografia.

A higiene era uma preocupação dos gestores desse território. A limpeza das ruas, a poda dos jardins e a conservação das praças tornava a vila operária um lugar aprazível para todos. Nas memórias de Dona Emília (2014)²², “Fernão velho era um lugar limpo, bonito, aquela praça cheia de flores. Era cheio de flores. A igreja não comprava flores. Todos os dias iam flores para a igreja²³”.

Além da moradia, os diversos serviços oferecidos aos operários visavam assistir aquela população local que ali residia e trabalhava. Na vila operária, havia água encanada, energia elétrica, rede de esgotos e sistema de coleta de lixo. Em entrevista, Zequinha Moura (2014) relatou:

A prefeitura (de Maceió) nem pisava, não botava nada. Aqui em Fernão Velho, nessa época, andava os garis com os espetinhos. Onde caía uma folha, eles apanhavam. [...] Tinha saneamento. Isso foi de 1940, 1945 em diante... 1947, 1948 quando começou o saneamento em Fernão Velho. Calçaram a vila toda. Isso no tempo dos Othon, e foi a Companhia. Calçaram Fernão Velho todo.

19 Essa intervenção na fotografia, incluindo “Fernão Velho, há algumas décadas atrás” evidencia a ressignificação memorialista atribuída à foto: o lembrar. Essa fotografia é veiculada nas redes sociais, em especial, uma página eletrônica do facebook intitulada “Fernão Velho”.

20 Foi um dos fundadores da Companhia União Mercantil em 1857.

21 FERREIRA, Veríssimo. História de Fernão Velho. Maceió, 1997. Mimeografado. p. 5.

22 Dona Emília em entrevista concedida em Fernão Velho, Maceió, dia 30 de setembro de 2014. Acervo pessoal. Seu pai era de Atalaia, município alagoano, e mãe de Canhotinho, PE. Nasceu em Fernão Velho. Seus avós e pais foram operários, trabalharam na fábrica, e ela também. No momento do registro de suas memórias, residia na Rua da Praia.

23 A operária se refere à Igreja São José, também construída pela Fábrica.

Nos tempos da Fábrica Carmen, a gestão do grupo Othon (1943-1996) também realizava a pintura e manutenção de seus prédios e casas onde os operários viviam, conforme complementou enfaticamente Zequinha Moura (2014):

Tinha a carpintaria. Eletricidade. Todos eles tinham seus encarregados. Na carpintaria, faziam muitas coisas para dentro da Fábrica, para a manutenção da Fábrica e da Vila. O povo que precisava... Tudo era da Fábrica. A Fábrica mantinha as casas. Tudo aqui era da Fábrica. Uma porta da casa do operário precisava ser trocada, eles mandavam trocar. Tudo era pela Fábrica. Isso não era descontado em nada. Era pela Fábrica.

Havia um ambulatório cujos médicos se alternavam em alguns dias no atendimento a essa população operária. Os serviços odontológicos foram oferecidos a partir da gestão dos Othon. Entre os profissionais de saúde, as enfermeiras eram as mais presentes, inclusive realizando procedimentos emergenciais como em caso de acidentes de trabalho, ou simples curativos. No ambulatório, existia uma farmácia com medicamentos para uso dos operários. Dispunha ainda parteiras, e quando o parto se tornava difícil e de risco, deslocava a gestante para hospitais de Maceió.

Na Sede Operária eram realizados bailes e reuniões, e do mesmo modo no Recreio Operário. O Cineteatro era um dos principais atrativos de lazer, assim como a quadra de esportes. Mantinha-se um grupo de escoteiros e banda. Na vila operária, dispunha-se ainda de dois grupos escolares, o Colégio São José e a Escola Maria Amália no ABC, uma extensão da vila operária. Cedia-se prédios para instalar a Delegacia, e organizações de classe como o Sindicato e Caixa Beneficente. Na Rua da Praia, permitia o funcionamento de uma feira livre.

A profilaxia desse território era frequente, visando à manutenção do corpo produtivo de sua população, seja por meio de um ambiente aprazível fora da fábrica, seja mediante os diversos serviços disponibilizados. A especificidade desse território em meio às suas particularidades geográficas e econômicas sugere que sua configuração espacial e social possibilitasse a prática de confinamento dos operários nos domínios da Fábrica, mantendo-os à disposição para o trabalho, mesmo quando estes gozavam de seu tempo livre.

Figuras 3 e 4 - Fotogramas registradas em sequência filmica em frente as casas de operários em Fernão Velho

Documentário Memória da vida e do trabalho: Cena 1'43"



Documentário Memória da vida e do trabalho: Cena 1'46"



Fonte: BRANDÃO, Celso. Memória da vida e do trabalho. Documentário. Domínio público. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=y8JT_SWJiOI (Parte 1) e <https://www.youtube.com/watch?v=Q1nWXTRrVJs> (Parte 2). Acesso em 10 abril 2019

A situação geográfica e a oferta de serviços diversos constituíam saberes que produziam efeitos que tanto favoreciam o confinamento como instituíam técnicas disciplinadoras que arregimentavam, controlavam e, ainda, higienizavam os operários. Desse modo, permitia a gestão do trabalho e dos costumes, assim como o tempo dos operários que, ao morar nas cercanias das instalações fabris, encontravam-se sempre em prontidão para a produção. Tentava-se evitar atrasos, facilitando a substituição de faltosos, integrando dimensões do trabalho à vida íntima e privada. Conforme Sérgio Leite Lopes²⁴, o complexo de fábrica com vila operária configurava-se em um território industrial gerido por um sistema de dominação que imobilizava o trabalhador, fixando-o nas vilas, resguardando seu tempo de modo a manter sua disponibilidade ao trabalho.

E que para compreensão da lógica produtiva e suas sociabilidades, tornando os territórios fabris inteligíveis, é necessário partir da análise de sua situação com os cálculos econômicos, jurídicos, morais, estéticos, gerenciais, e inclusive da resistência operária. Circunstâncias que, historicamente, podem ser reconfiguradas pelas forças e relações de poder que as engendram.

O território fabril era configurado como um complexo produtivo, um núcleo fabril composto por fábrica e vila operária, atendendo à produção capitalista. Para assegurar esse desígnio, instituiu em seu cotidiano um regime disciplinar por meio de diversos dispositivos capazes de capturar, orientar, determinar, modelar, interceptar,

24 LOPES, José Sérgio Leite. A tecelagem do conflito de classes na cidade das chaminés. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora da UnB, 1988.

assegurar gestos e condutas, e instituir opiniões e discursos dos seres viventes.

As vilas operárias no Brasil como integrantes de um núcleo fabril produzem uma condição social ambígua. Ao mesmo tempo que provia a sobrevivência dos trabalhadores com oferta de trabalho na fábrica e a assistência patronal com prestação de serviços sociais diversos considerados básicos pelo patrão, também se constituíam como tecnologia de controle, dominação e exploração. Na disciplina de corpos e comportamentos, promovia-se uma relação de solidariedade e colaboração como forma de gestão do trabalho e vida operária. Desse modo, percebe-se que os sentidos desse território implicam em uma visualidade circunstancial, marcada por situações e acontecimentos de sobrevivência, solidariedade e negociação, mas também de reapropriações e enfrentamentos presentes nas histórias das lutas sociais.

Na gestão do trabalho, foram fomentadas diversas tecnologias de poder, como as casas para moradia dos operários, a ampliação das instalações da fábrica, a implantação de maquinários, e os serviços assistenciais diversos ofertados (educação, saúde, lazer, etc), entre outras ações que interferiram na produção têxtil e privacidade dos lares de trabalhadores ali residentes. Desse modo, os operários eram submetidos ao controle, e até repressão em momentos julgados pelos gestores como necessária à restituição da normalidade social disciplinada e permanentemente vigiada.

Para este fim, os Othon mantinham um corpo de vigias como se fosse uma pequena milícia privada, conforme relata Antônio Cardoso (2015)²⁵, que entre suas diversas funções na Fábrica Carmen, supervisionou seguranças armados.

Eram quatorze homens, analfabetos, que andavam armados. Andava nos pontos determinados. Não era na rua não. Por exemplo: o cruzeiro lá em cima tinha um guarda armado. De lá estava vendo tudo. Quando era meio-dia, subia um com a comida, dava para o cara e voltava. Outro aqui na Lapinha. Tem dois açudes grandes. Tinha que ter dois vigias. Tinha outro na Mata do Catolé. Antigamente era da fábrica. Hoje o Estado tomou conta. Sei que trabalhava com dezesseis equipes de homens analfabetos. Usavam 38, muitas vezes dava o revólver sem munição. Mas dentro da fábrica davam seis bonitinhos, completo, carregado, que só dava para vigias de oportunidade! Escritório, entrada... Mas comi uma lenha da peste no trato com esses homens analfabetos. (Relato de Antônio Cardoso, 2015)

Para a arquiteta e urbanista Telma de Barros Correia,²⁶ o núcleo fabril era um equipamento de arregimentação e higienização do trabalhador, permitindo controlar seu trabalho e a vida social, priorizando a segurança da propriedade contra os que eram considerados subversivos e perturbadores da ordem produtiva. Tratava-se de um

25 Entrevista de Antônio Cardoso realizada em Fernão Velho, Maceió, no dia 15 de julho de 2015. Acervo pessoal.

26 CORREIA, Telma de Barros. Pedra: plano e cotidiano operário no sertão. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

território resultante de estruturas e práticas de poder com distintos níveis.²⁷ Sua criação resultou do esforço das elites industriais brasileiras em diálogo com esferas do Estado na organização empreendedora de uma sociedade industrializada adequada ao capitalismo internacional. Ao mesmo tempo, reconheciam a expressiva população urbana que se convertia em operários como sendo necessário na execução desse projeto político-econômico. Desse modo, as vilas operárias no Brasil foram concebidas como parte da gestão do trabalho urbano.

O apelo aos valores familiares não residia apenas na institucionalização de uma moral, tentando-se evitar comportamentos passíveis de serem considerados subversivos ou mesmo inconvenientes ao trabalho. Pelo trabalhador, também expressava sua apropriação de tais mecanismos como forma de atender aos seus interesses e de sua família, como a conquista da situação de estabilidade²⁸, de melhor condição para constituição de matrimônio, da oferta de emprego para os filhos e manutenção da casa para sua moradia. Promovia-se mutuamente um jogo de compromissos e lealdade pela valorização da família e confiança, seja no operário e sua família pelos empresários, seja a fábrica pelo operário²⁹. A política de gestão do trabalho tornava-se também uma via de mão dupla. Dominava e reprimia o trabalhador, mas também buscava o consenso, mantendo aberto o canal de diálogo e negociação.

Além disso, tratava-se de uma relação sempre lembrada a todos pela permanente presença dos padrões personificados também nos logradouros das ruas.

As ruas recebiam os nomes de pessoas da família assim como: Rua Coronel João Machado (rua do cajueiro), Rua Dr. Manoel Machado (rua nova), Rua Dr. Artur Machado (antigo beco do colégio). Todas essas ruas, apesar de seculares, ainda existem.³⁰

À proporção que as ruas inscreviam o caráter privado e patrimonialista desse território, tentava-se evitar, por meio da padronização da estética das casas e nome dos logradouros, qualquer personalização realizada pelos operários a exemplo da *rua do cajueiro*, *rua do beco do colégio*, *rua nova*, entre tantas outras.

Desse modo, as múltiplas técnicas de gestão da vida e produção dos padrões eram os guias nesse território, nas rotinas do trabalho, no tempo livre e também na simbólica presença e vigia dos proprietários com seu nome no endereço dos operários, devendo ser tudo respeitado pelos viventes fabris. Mas que como uma idealização patronal, nem

27 ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional. Recife: Bagaço, 2008.

28 Situação de configuração de direito na qual o trabalhador somente poderia ser demitido em caso de comprovação de falta grave de sua parte, incidindo na abertura de processo trabalhista com decisão judicial autorizando a rescisão contratual. Era uma conquista para o trabalhador na medida em que restringia exponencialmente as possibilidades de sua demissão pelo patrão até o tempo em que alcançasse a aposentadoria.

29 MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. Fios da rede: industrial e trabalhadores na criação e expansão de um grupo empresarial (1920-1949). 2012. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. p. 17.

30 FERREIRA, Veríssimo. História de Fêmeo Velho. Maceió, 1997. Mimeografado. p. 6.

sempre era totalmente eficiente quanto aos seus desígnios...

Um corpo produtivo

Na década de 1930, o território fabril de Fernão Velho era apresentado como um promissor empreendimento. Desde que fora criado em 1857, a então Companhia União Mercantil já havia passado por três diferentes gestões: fundadores José Antônio de Mendonça (o Barão do Jaraguá) e o comerciante Tibúrcio Alves de Carvalho, Grupo Machado, e Grupo Leão, temporalidade que denomino *Tempos da Companhia União Mercantil*. Esses, gradativamente delinearam Fernão Velho como um território de saber e de poder voltado para a produção têxtil. Processo esse que teve continuidade durante a gestão do Grupo Othon (1943-1996), demarcando outro recorte temporal, os *Tempos da Fábrica Carmen*.

Em ambas temporalidades, a eficiência produtiva não era representada apenas pela disponibilidade de instalações, recursos naturais e maquinários presentes em Fernão Velho, mas também pela capacidade de atração e mobilização de uma massa de operários. Desse modo, fábrica e operários somavam-se como um corpo produtivo.

Figura 5 - Companhia União Mercantil e seus operários em frente à fábrica



Fonte: MARROQUIM, 1922/2000, p. 204. Acervo da Biblioteca do Instituto Histórico Geográfico de Alagoas. Autor desconhecido.

A composição dessa fotografia pode ser considerada uma síntese do corpo produtivo em Fernão Velho. Contém quatro planos, que não são necessariamente dispostos de forma hierárquica, embora alguns se destaquem mais que os outros.

No primeiro plano, apresenta a mata, um recurso necessário para geração de energia para a produção. Entravam na fábrica cargas e mais cargas de madeira para serem queimadas no setor das caldeiras, permitindo o aquecimento da água até o estado de vapor, transformando-o em energia. No segundo plano, o complexo arquitetônico considerado uma moderna instalação para a época, possibilitando abrigar diferentes seções desde a primeira com o tratamento do algodão, passando pela fabricação de fios e tecidos, e por fim, expedição do produto têxtil. Nesses dois primeiros planos, podemos considerar o caráter de exposição³¹. Os planos tornam-se inteligíveis por meio das informações disponíveis nos textos da publicação, informando sobre a produção e destacando as realizações dos antigos fundadores da Fábrica e então proprietários naquele período.

No terceiro plano, ocupando o centro da foto, os operários. Provavelmente posaram para esse registro quando mobilizados por seus gerentes e contramestres a mando da direção da Fábrica. Fato esse que representava, de certo modo, a força que a disciplina fabril exercia sobre esses trabalhadores.

O último plano, no canto inferior esquerdo, o enquadramento de um detalhe da linha férrea, que passava em frente a essa cena. O trilho representava a presença constante do trem, que deslocava pessoas, matéria-prima e mercadorias. Reduzia a distância entre Fernão Velho e outras localidades. Facilitava o escoamento da produção. Na foto, integravam-se Fábrica e trem como signos representantes da modernidade após a Revolução Industrial.

Simultaneamente, circulavam uma representação de que naquela fábrica ofereciam boas condições de vida para a população residente, situação essa baseada na oferta de trabalho e assistência pelos patrões.

Os operários também ganhavam destaque nessas cenas. Formavam uma categoria social composta por homens e mulheres, sejam jovens ou velhos, de diferentes faixas etárias e funções no processo produtivo. Na fotografia podemos lhes atribuir valor de culto³², evidenciando seus corpos e rostos. As crianças não estavam excluídas dessa categoria. Já viviam a cultura fabril, seja por meio de seus pais, da disciplina da escola, da catequese, do escotismo, seja mesmo na obediência e resistência ao que era considerado pelos patrões como bom costume em Fernão Velho. Tão logo completassem 14 anos de idade, poderiam também trabalhar legalmente como operários.

31 BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. (1935-1936). In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 165-196.

32 BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. (1935-1936). In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 165-196.

Esse contingente de pessoas mobilizadas para a produção constituía o corpo operário, uma população que se tornara residente e dependente desse território fabril. A capacidade produtiva dos industriais não era considerada apenas pela disponibilidade de recursos financeiros, mas também na manutenção e mobilização de seus operários.

Imagens e memórias nas denúncias do passado

O delineamento do território fabril de Fernão Velho ocorreu nas três primeiras gestões de empresários que perduraram até o início da década de 1940, consolidando, assim, o território formado por fábrica com vila operária. Posteriormente, com a administração do Grupo Othon, além da ampliação da capacidade produtiva, a gestão do corpo de operários tornou-se uma questão central para a continuidade da produção.

Porém, ao mesmo tempo, colocava-se em dúvida a eficiência plena desse modelo de gestão da vida e trabalho operário pautado na oferta de assistência patronal. A realidade de algumas moradias para famílias operárias nem sempre correspondia com o que era idealizado como condição digna.

Os pais de Antônio Cardoso eram agricultores em Garanhuns – PE. Possuíam terra para o plantio, contudo, conforme a família crescera, optaram pela migração e busca de trabalho em Fernão Velho, onde já tinham familiares trabalhando. Na vila operária foram submetidos aos limites da moradia ofertada pela fábrica e apoio dos parentes.

Então vieram para Maceió, para Fernão Velho. Eles tinham uns tios que moraram lá, antigamente era a rua da Linha. Meu pai morou ali, na casa dos meus tios, era a casa 25. Aí os tios morreram e ficou meu pai e minha mãe trabalhando aqui na Fábrica. (Relato de Antônio Cardoso, 2015).

Com aumento da produção, demandava-se mais operários. “Nas épocas em que a fábrica necessita aumentar a mão de obra, torna-se difícil para os novos trabalhadores conseguir uma casa na vila operária.”³³ Fator que muitas vezes gerava precarização nas condições de vida.

Lembro-me como hoje, uma casa na Major Prado, tinha seis famílias. Aqui era seis mil funcionários e só tinha 104 casas na época. Seis mil funcionários e a empresa só tinha 104 casas. Então havia casos que na casa morava várias famílias. Na minha, mesmo, tinha três famílias. Daqui para ali um quarto e cozinha, daqui para ali outro quarto e família, e assim ia. Um só sanitário, uma lavanderia para todo o povo. Cada um que tirasse a

33 MEMÓRIA da vida e do trabalho. Direção e produção de Celso Brandão. Argumento e texto: José Sérgio Leite Lopes e Rosilene Alvim. Roteiro: Regina Coeli. Maceió: Estrela do Norte, 1984. 1 DVD (20 min aprox.). son., color.

sua roupa no tempo que podia. (Relato de Antônio Cardoso, 2015)

Era comum duas ou mais famílias dividirem a mesma casa, exigindo do operário espera por uma moradia melhor. Era a solução imediata e provisória apresentada pela fábrica. No documentário *Memória da vida e do trabalho* a moradia e chegada de novos operários é evidenciado como situação de tensionamento da relação entre os operários e fábrica, podendo interferir nos papéis sociais que cada operário exercia em sua família e respectiva moradia.

Na minha casa não. Na minha casa não aceito. 'E por que o Sr. não aceita? Os outros aceitaram, por que o Sr. não aceita também?' Mas eu não aceito! Na minha casa só eu de homem! E de mulher, minha mulher. E meus filhos. (Relato de Operário nº01, 1984)³⁴

E mesmo quando havia certa sujeição à divisão da casa, operários ainda assim reivindicavam melhor condição de moradia. Maria de Lourdes (1984), uma fiandeira, assim relatou sua atitude:

Eu disse: Dr. é possível o Sr. Arranjar uma casa pra mim, que eu trabalho aqui na Othon e tenho três filhos, e vivo na casa dos outros, de uma colega de trabalho. E desse jeito não posso sobreviver. Ele falou para mim: 'Dê o nome aí.'³⁵

Na medida em que a moradia se tornava um dispositivo de fixação de força de trabalho, a condição salarial contribuía para efetivar uma relação de dependência dos operários aos patrões.

Nós descontava em folha de pagamento. Quatro parcelas. Aí então saía a mensalidade, todo mês se descontava a casa, descontava Sindicato, higiene, e Caixa Beneficente. E esse dinheiro todinho era tirado daquele pouco dinheiro que agente ganhava. No final saía... Nós ganhava uma media de somente de um terço, dois terços era de desconto. (Relato de Operário nº 02, 1984)³⁶

34 Relato disponível em: MEMÓRIA da vida e do trabalho. Direção e produção de Celso Brandão. Argumento e texto: José Sérgio Leite Lopes e Rosilene Alvim. Roteiro: Regina Coeli. Maceió: Estrela do Norte, 1984. 1 DVD (20 min aprox.). son., color. Nesse documentário, embora os nomes dos operários entrevistados sejam informados no final durante exibição dos créditos e equipe produtora, durante o uso do relato não é informado a maioria dos nomes dos operários, dificultando assim, suas identificações. Desse modo, optou-se nesse artigo por distingui-los com numeração quando a identificação não foi possível.

35 Relato disponível em: MEMÓRIA da vida e do trabalho. Direção e produção de Celso Brandão. Argumento e texto: José Sérgio Leite Lopes e Rosilene Alvim. Roteiro: Regina Coeli. Maceió: Estrela do Norte, 1984. 1 DVD (20 min aprox.). son., color.

36 Id., 1984.

Os descontos eram frequentes, seja para pagamento do aluguel das casas ou associação de classe. Havia ainda outras formas de descontos que incidiam diretamente nas condições de vida. Na medida em que os salários não supriam totalmente suas demandas, os operários recorriam à fábrica onde poderiam ter acesso à produtos e viveres para a sobrevivência da família.

Lá tinha o empório. Vendia fazenda (tecidos em retalho) na loja e eletrodoméstico, e na estiva vendia comida. E quando agente recebia o dinheiro, não dava para fazer a feira, comprava pouca coisa. Quando chegava dia de segunda-feira já não tinha mais nada. Então agente ia na Fábrica e pedia um vale. Eles davam aquele vale e agente ia pra estiva comprar alguma coisa. (Relato de Maria de Lourdes, 1984).³⁷

Essa situação salarial forçava, muitas vezes, os operários a complementarem suas rendas com outras atividades. Fato que terminava por ampliar sua jornada de trabalho, seja na fábrica com horas extras, ou fora, com a pesca e lavoura.

Tá com 40 anos que moro nessa casa. Fiz esse terreno, essa propriedade, esse sítio, tudo às custas de meu suor, trabalhando de dia e noite. E lutei, e com esse salário que tinha, não dava pra criar 4 filhos ou educar 4 filhos, como criei graças da Deus. Eduquei 4 filhos nesta casa. (Relato de Operário nº01, 1984)³⁸

A criação dos filhos era tarefa árdua, apesar das diversas formas de assistência promovida pela fábrica, a exemplo da escola. No entanto, chama-se atenção para a insegurança estrutural de vida desse trabalhador, considerando sobretudo o salário recebido pela fábrica. Sua alternativa foi o trabalho de roçado no sítio, lavrando a terra.

Em outros casos, operários e respectivas famílias optavam pela pesca e coleta de moluscos e crustáceos. O sururu, um tipo de molusco bastante comum na laguna Mundaú que banha Fernão Velho e Maceió, ajudava não só como alimento que era consumido pelos próprios operários, como também produto comercializado em feiras ou mesmo escoado para outras localidades.

³⁷ Id., 1984.

³⁸ Relato disponível em: MEMÓRIA da vida e do trabalho. Direção e produção de Celso Brandão. Argumento e texto: José Sérgio Leite Lopes e Rosilene Alvim. Roteiro: Regina Coeli. Maceió: Estrela do Norte, 1984. 1 DVD (20 min aprox.). son., color.

Figura 6 - Fotograma com destaque à coleta do sururu na Laguna Mundaú, margem de Fernão Velho

Documentário *Memória da vida e do trabalho: Cena 8'38"*



Figura 7 - Fotograma com destaque à lavagem e ensacamento do sururu

Documentário *Memória da vida e do trabalho: Cena 8'11"*



Fonte: BRANDÃO, Celso. *Memória da vida e do trabalho*. Documentário. Domínio público. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=y8JT_SWJiOI (Parte 1) e <https://www.youtube.com/watch?v=Q1nWXTRrVJs> (Parte 2). Acesso em 10 abril 2019.

A coleta de sururu era uma atividade que mobilizava toda família, sem distinção de sexo ou idade, dado a grande demanda para se ter uma produção rentável.

Eu mesmo, em minha infância, com 10, 12 anos, saía daqui e chegava na laguna. Entrava três passos e encontrava sururu e siri. Se o siri era gordo ficava, se era magro soltava. E o sururu tirava, eu e meus colegas, cozinhava na beira da lagoa mesmo, e daí ia para o trem com uma amarrada de siri e saco de sururu. [...] Carros e mais carros, superlotado de sururu. Ia para o interior e até para Pernambuco. Carro de trem cheio de saco de sururu. (Relato de Zequinha Moura, 2014).

Era um trabalho exaustivo, onde se remexia a lama no fundo da laguna, coletava-se o molusco com cestos, em seguida os lavava para então encher grandes sacos. Transportava-os de barco ou nas costas. Na praia lagunar, fervia o molusco em grandes panelas ou latas de modo que suas cascas negras e brilhantes abrissem, permitindo retirar seu filé de cor predominantemente amarelada. Uma atividade que até os dias atuais ainda faz parte do cotidiano de favelas nas margens lagunares de Maceió.

Da lama, retira-se a possibilidade de alento na situação de insegurança estrutural, um trabalho complementar que assegurava um alimento extremamente energético e nutritivo preenchendo o vazio dos pratos em virtude dos baixos salários.

Tais atividades também se configuravam como formas de resistência a exploração do trabalho e respectivos limites salariais. E que se somavam às demandas e reivindicações de caráter político, quando a condição salarial e de vida se convertia em condição de cidadania.

Sobre a política... agora a política como? Reajustamento de salário, quando a companhia não queria pagar, falava com o presidente do Sindicato, fazer reuniões. Ele não queria. Nós obrigava, juntava a turma, fazia com que ele fazia reunião para chegar a um salário. As vezes a Companhia pagava faltando em nosso ordenado. Chegava ao ponto de ninguém puder fazer uma reclamação no escritório. E os vigias criminosos, vigias criminosos que vinham de fora, apropriado que o operário não podia falar. Quando o operário ia reclamar às autoridades mais altas eles respondiam: 'nada tem que fazer. Ali é propriedade privada.' (Relato de operário nº 03, 1984).³⁹

A demandas políticas eram tratadas com violência e ameaças pelos patrões. Ou mesmo com descaso pelas autoridades políticas, considerando a condição de "propriedade privada". Práticas estas que não inibiam os operários e suas lutas, mas que por outro lado, poderiam produzir retaliações patronais como efeito.

Quando nós terminamos a greve, com três dias, o dono da Fábrica falou de cima do prédio dele: 'você ganharam a greve, mas vocês vão se arrepender.' Deste dia pra cá, Fernão Velho foi caindo, caindo, caindo, que está na situação desgraçada de hoje. Mas do dia que Dr. Alberto disse isso, pra cá. Pra trás não. (Relato de operário nº 03, 1984).⁴⁰

A redução da assistência aos operários era uma forma de punição. Sobretudo após episódios de greves, a exemplo da Greve das Tecelãs de 1962 e que paralisou toda a Fábrica contra o aumento de números de teares a serem operados pelos operários sem respectivo aumento salarial. Este teria sido o estopim para deflagração do movimento grevista, considerando inclusive, uma série de insatisfações dos operários têxteis de Fernão Velho em relação às suas condições de vida, salário e cidadania.

E mesmo entre os operários que exerciam funções de confiança na fábrica, e gozavam de certos privilégios, havia certa consciência sobre sua real condição de vida e salários. Um operário, no documentário *Memória da vida e do trabalho* (1984), relatou que ao assumir a função de contra mestre, ganhou benesses da fábrica, a exemplo de novos utensílios e equipamentos domésticos como um ferro de passar roupas, lenha e

39 Relato disponível em: MEMÓRIA da vida e do trabalho. Direção e produção de Celso Brandão. Argumento e texto: José Sérgio Leite Lopes e Rosilene Alvim. Roteiro: Regina Coeli. Maceió: Estrela do Norte, 1984. 1 DVD (20 min aprox.). son., color.

40 Relato disponível em: MEMÓRIA da vida e do trabalho. Direção e produção de Celso Brandão. Argumento e texto: José Sérgio Leite Lopes e Rosilene Alvim. Roteiro: Regina Coeli. Maceió: Estrela do Norte, 1984. 1 DVD (20 min aprox.). son., color.

até serviços de outros funcionários.

Naquela oportunidade, agente se sentia bastante satisfeito com aquele tipo de tratamento, porém, depois, agente raciocinando, e observando que aquele tipo de tratamento que a empresa nos proporcionava não era nada menos, colocando assim como respaldo, ou transformando em salário para a nossa vida. *Quando na realidade nós tínhamos um salário que não dava para a nossa sobrevivência.* (Relato de operário nº 04, 1984).⁴¹

Em situações como esta, poder-se-ia até comprar a reciprocidade do operário no apoio à gestão, mas não sua consciência e capacidade de compreensão da realidade que viviam.

À guisa de conclusão: que história se conta?

O documentário *Memória da vida e do trabalho* encerra com imagens de ruínas das fábricas e novamente um longo som de sirene. Destaca como mensagem final, que a sobrevivência da experiência operária existe quando parte dos trabalhadores conseguem suas casas como pagamento de indenização trabalhistas. Assim, fortalece-se laços identitários, através da memória e lembranças de suas práticas culturais.

Nesse território fabril havia a teatralização do poder dos empresários,⁴² encenando situações que poderiam ser mais favoráveis ao operário, embora reproduzisse ali seus próprios interesses no tocante à disciplina industrial que atuava no interior da produção, mas também fora dela. No cotidiano, visava vigiar e punir para assegurar a produção. Inclusive nas horas de lazer, quando buscavam moldar formas de pensar, sentir, agir e colaborar, erradicando práticas e hábitos considerados perniciosos e prejudiciais aos interesses patronais.

À medida que a disciplina dos corpos e comportamentos sacralizava um ideal de trabalhador, a resistência contra as precárias condições de vida e trabalho expressava a profanação desse território idealizado pelos industriais. O trabalho na coleta de sururu, as colheitas nos sítios e terras disponíveis para plantação, a negativa do operário em dividir sua casa com outras famílias, e momentos de tensionamento do trabalho com greves e reivindicações, configuram todas formas de lutas por direitos e dignidade. Trata-se de uma resistência operária que emerge, inclusive, nos embates em torno da cidadania e direitos sociais no Brasil entre as décadas de 1940 e 1960, reconfigurando esse território fabril, como também febril.

41 Id., 1984.

42 LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem do conflito de classes na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora da UnB, 1988. p. 51.

São experiências e tempos que se abrem para a compreensão e explicação no campo da história, possibilitando inúmeras incursões e deslocamentos, mobilizando as memórias produzidas sobre os operários, o vivido, o trabalho, a fábrica. E que possibilitam explorá-las na tessitura narrativa de múltiplos e simultâneos tempos e espaços, do constituir-se operário como experiência histórica, do sonhar sobre uma nova época enquanto horizonte de futuro.

O próprio documentário *Memória da vida e do trabalho* é indicador de expectativas e lutas de trabalhadores naquele ano de sua produção em 1984. Um tempo que dialogava com o então processo de redemocratização que o Brasil passava após quase 21 anos de regime civil-militar. Nesse cenário, o documentário poderia ser convertido em instrumento de reflexão, na medida em que as narrativas de experiências dos operários de Fernão Velho poderiam ser deslocadas para um debate sobre direitos e cidadania no Brasil, lembrando as lutas do passado. Ou ainda, nessa década de 1980, acompanhar os ventos de mudanças e de liberdade com expectativas de novos direitos no plano político, e/ou denúncia do processo disciplinar e gestão do trabalho fabril nas buscas de alternativas diante das condições de crise econômica.

Na medida em que esses passados de disciplina e resistência são entrecruzados considerando seus testemunhos, analisando registros de memórias sob forma de relatos e e imagens diversas (fotografias, fotogramas e áudiovisuais), podemos considerar o quanto é simultaneamente latente e pulsante as formas de atualização do próprio passado, e suas múltiplas experiências e demandas. E da mesma forma, consideremos narrar o passado em conjunto com um trabalho de reminiscência, podendo se tornar um ato de luta contra a possível perda de pertencimento ao presente.

Desse modo, poderíamos, de alguma maneira, despertar a possibilidade de uma existência futura que não seja apenas as ruínas fantasmagóricas dos monumentos da burguesia, mas também da atualização histórica da experiência operária que se projeta aos tempos presentes e horizontes de futuros, como os longos toques de sirene nas alternâncias de turnos de trabalho. Na medida em que o som da sirene no passado ecoava pela vida e trabalho, podemos aludir que ao ser lembrada, ainda ecoa ao tempo presente como memória. Não mais demarcando o tempo da produção fabril, *mas lembrando presenças de resistências e sobrevivências como experiências e legados úteis para nosso presente... E tornando cada vez mais pertinente que se converta essas histórias de um passado recente em histórias do tempo presente.*

Recebido em 16 de abril de 2019.

Aprovado em 21 de julho de 2019.